PTnotícias

Jornal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

PT Partido dos Trabalhadores

ANO III Nº 82

De 23 de agosto à 1º de setembro de 1999

26 de agosto terá início movimento em defesa do Brasil

A manifestação do dia 26 de agosto "será apenas o começo de um grande movimento", declarou o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, durante ato realizado no último dia 17, em Brasília.

Segundo Lula, na próxima quinta-feira, será dito ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que "o país está cansado" de ver o desmonte que está sendo feito com as privatizações. "Vamos mostrar que a gente não quer o país desse jeito", afirmou.

As declarações de Lula expressam o sentimento de milhares de brasileiros que se manifestam pelo país. Em todos os Estados atividades estão sendo promovidas pelos partidos, sindicatos, entidades estudantis, organizações da sociedade civil. Tem sido grande a receptividade da população, que faz fila para assinar as centenas de listas que foram espalhadas em bancas nos principais pontos de cada cidade brasileira.

No próximo dia 26 serão entregues pelo menos um milhão de assinaturas em apoio à instalação da CPI da Telebrás e enquadramento de FHC por crime de responsabilidade. Em Brasília, aproximadamente cem mil manifestantes dirão basta a FHC.

Segundo o presidente nacional do PT, José Dirceu, de acordo com levantamento preliminar do Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania e Soberania, já está garantida a ida de 2000 ônibus à capital federal para a "Marcha dos 100 mil pelo Brasil".

Dia Nacional de protesto

As atividades do dia 26 de agosto terão início às 9 horas, na capital federal, com concentração diante da Catedral de Brasília. No mesmo horário estão previstas concentrações em outros três pontos da cidade: na Praça do Buriti, 106 Norte e 106 Sul. Para este local deverão convergir os ônibus provenientes dos Estados. Às 10 horas deve começar a passeata pelo Palácio do Planalto.

Os abaixo-assinados serão entregues ao Congresso Nacional antes do ato público em frente à sede do Legislativo.

Neste mesmo dia estão previstos atos em todos os Estados, marcando a data como Dia Nacional de Protesto.

Democracia e participação política

A nossa participação é fundamental. Não mais vivemos numa ditadura, em que os governantes tudo podem, sempre seguros da impunidade. É, portanto, a afirmação dos mais amplos valores democráticos e de preservação dos interesses públicos e da nação que estão a exigir a apuração rigorosa dos fatos, bem como o estabelecimento das respectivas responsabilidades. É preciso dar um basta à impunidade.

Enquanto o Estado é submetido à voracidade do lucro fácil e fraudulento, o governo - que já conseguiu um segundo mandato de forma duvidosa (manipulando pesquisas, ajudado pela parcialidade do Judiciário) – impõe à sociedade, e especialmente aos excluídos, a "austeridade" fiscal, cortando gastos com investimentos na educação, saúde, reforma agrária, política agrícola e industrial, moradia popular e de geração de empregos. Só neste ano, para essas áreas, o governo cortou mais de R$ 4 bilhões, enquanto que na CPI dos Bancos foi denunciado que 12 instituições bancárias lucraram mais de US$ 10 bilhões, em apenas um mês de instabilidade cambial. E o salário mínimo foi reajustado em míseros R$ 6,00.

Portanto, o combate à recessão, ao desemprego e à miséria é, em última instância, um problema de vontade política. Pois recursos existem, só que vão para o ralo da corrupção e do favorecimento aos grandes grupos financeiros, nacionais e internacionais.

Por isso, estaremos todos em Brasília, dia 26 de agosto, dando um Basta a FHC. Fora FMI.

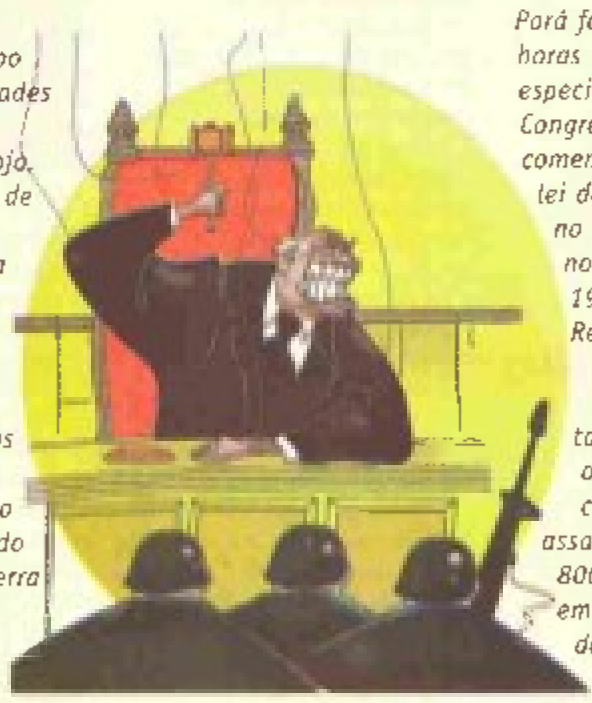
(Leia mais na página 4)

José Dirceu, no alto, à esquerda, discursa em ato de preparação para a Marcha a Brasília; em baixo, à esquerda, abertura da Plenária Nacional da CUT; acima, à direita, campanha de coleta de assinaturas

Nostradamus tinha razão?

Alípio Freire

especial para o PTnotícias



Eles estão lá na foto. Com o garbo próprio das autoridades impunes: o coronel Mário Colares Pantoja, o major José Maria de Oliveira e o capitão Raimundo Almendra Lomeira. Têm até um ar e um olhar de que posam para a posteridade, depois de absolvidos no vergonhoso processo que julga o massacre, pela PM do Pará, dos 19 sem terra em Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996.

A farsa foi óbvia desde o primeiro instante. Imediatamente depois do massacre, as armas do contingente de 150 PMs tiveram retiradas suas identificações de porte, e foram todas embaralhadas. Passo seguinte, foi o parecer do sinistro legista Badan Palhares, cujo laudo concluiu por um "confronto natural". E por aí a coisa foi, todo mundo sabe. Mas, o desfecho da madrugada do dia 19 parece ter ultrapassado qualquer limite.

Mesmo o presidente FHC – aquele que tentou manter a ferro e fogo o torturador Campello no comando da Polícia Federal – teve que manifestar indignação. Pelo menos. Enfim, a marcha dos sem está para chegar a Brasília, a ultra-direita da aliança governista – através do bloco dos ruralistas – ameaça abandonar ainda mais seu presidente, e a imagem internacional do governo pode ficar comprometida.

Por ironia do destino ou por decorrência da política que vem sendo aplicada na área da justiça e dos direitos humanos no Brasil, o resultado da farsa do Pará foi anunciado poucas horas depois das sessões especiais com as quais o Congresso Nacional comemorou os 20 anos da lei de Anistia, aprovada no dia 28 e promulgada no dia 29 de agosto de 1979. Aquela Anistia Recíproca – lembram-se?

Nesses 20 anos – talvez poucos saibam ou lembrem – só no campo, foram assassinados cerca de 1 800 homens e mulheres, em massacres como o de Eldorado dos Carajás e tocaias, conforme dados apresentados por Gilmar Mauro da Coordenação do MST, durante o Tribunal que julgou o Latifúndio, em Coronel Fabriciano (MG), no começo deste mês. Destes, 163 durante os quatro anos do primeiro governo FHC. Não falamos aqui das prisões ilegais e torturas no campo e nas cidades que, todos sabem, correm soltas e impunes.

Fim do mundo é isto.

E o país, não enrubesce?

Editor da Revista Sem Terra

O Brasil está sem rumo e vive uma das piores crises

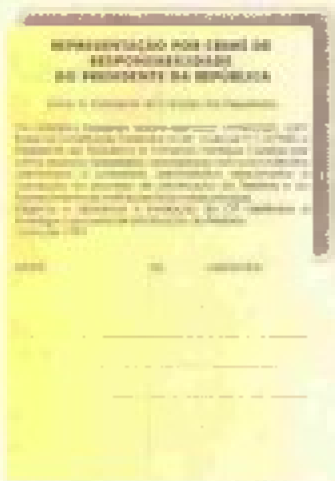
O Brasil é que está sem rumo, senhor Fernando Henrique Cardoso. E mais, quem realmente representa ameaça às instituições, à democracia?

Nesta segunda-feira, 23 de agosto, em entrevista concedida ao jornal O Globo, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, alega que a Marcha a Brasília, em 26 de agosto, é a "marcha dos sem-rumo". Parece irônico, mas é o Brasil que está sem rumo.

Fernando Henrique declara também que o movimento criado por partidos de oposição, sindicatos, entidades da sociedade civil, em defesa do Brasil, ameaça as instituições democráticas. Mais irônico ainda, uma vez que ele mesmo incorreu em crime ao tentar favorecer um determinado consórcio durante o processo de privatização da Telebrás. Isso é democrático?

É democrático promover a deterioração quotidiana das condições de vida e trabalho da população brasileira? O Brasil permanece como o país com a pior distribuição de renda do mundo, segundo relatório do ano passado do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O plano Real que, de acordo com FHC, foi elaborado para acabar com a inflação e melhorar as condições de vida dos brasileiros, anos depois, provou o contrário: acabou com a renda da maioria da população em benefício de poucos. Vimos, como afirma o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, "um estelionato eleitoral".

O desemprego se alastra por todas as áreas metropolitanas nas várias regiões do país, de forma crescente e progressiva desde o início do governo FHC. A política neoliberal de FHC tem gerado no país uma recessão com graves conseqüências para a agricultura e indústrias, "com repercussões trágicas, causando desemprego e exclusão social", declara Lula, acrescentando ainda o grau de dependência do Brasil aos ditames do FMI.



E MAIS

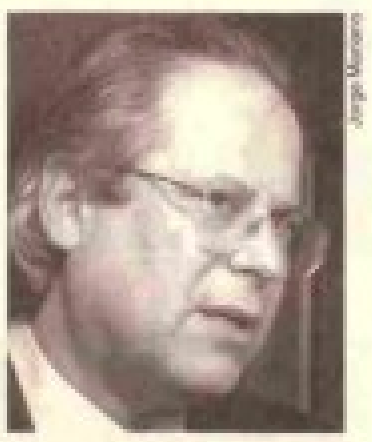
Absolvição em Carajás gera indignação — pág 2

Entrevista com Lula na Argentina — pág 3

20 anos de Anistia, por Frei Betto — pág 6

RECADO

Em defesa do Brasil, basta de FHC



Como anunciávamos, ainda no início do ano, a crise econômica transbordou e se transformou em crise social e política.

Primeiro foram os trabalhadores da Ford, depois os caminhoneiros, e agora os agricultores. Todos dão um basta às políticas do governo FHC e exigem o atendimento de suas reivindicações que, concretamente, colocam em xeque o modelo econômico imposto pelo neoliberalismo.

O PT, junto com a Central Única do Trabalhadores (CUT), os partidos de esquerda e o Fórum Nacional de Luta - articulações que construímos nos últimos dois anos - iniciou no primeiro semestre mobilizações contra a política econômica do governo: Dia Nacional de Protesto, em 26 de março; manifestações de rua no 1º de maio, principalmente em São Paulo; e o 21 de abril em Ouro Preto.

Em junho, defendemos na Frente de Oposição a convocação da Marcha dos 100 mil a Brasília, depois de termos apresentado o pedido de instalação da CPI da Telebrás na Câmara dos Deputados.

Para mobilizar nossa militância iniciamos a coleta de 1 milhão de assinaturas de apoio à CPI e ao pedido de enquadramento do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por crime de responsabilidade.

Às vésperas do dia 26, temos certeza de que seremos vitoriosos e isto se deve à nossa decisão política de mobilizar e ir para as ruas; e a unidade entre os partidos de esquerda e as mais de 80 entidades do Fórum Nacional de Luta.

O país vive uma nova situação. A oposição política de esquerda passa a ter apoio popular e capacidade de mobilização e surge em outros setores da sociedade um forte movimento contra o governo FHC, que se expressa na luta dos caminhoneiros e agricultores.

Isto significa que o Brasil se colocou em movimento para mudar de Governo e que já se constitui, na sociedade, uma maioria expressiva de oposição ao atual modelo econômico.

A crise política se expressa na perda de popularidade do Presidente - pior que a de Collor - na rejeição de sua autoridade e no questionamento de sua legitimidade.

As divisões entre os partidos aliados do governo e a disputa aberta pela sucessão em 2002 revelam e expressam decisões na própria classe dominante, sobre como sair da crise e quem dirige e hegemoniza o processo.

O desmanche do PSDB e o fortalecimento do PFL e ACM indicam que se buscará, a curto prazo, uma saída para a crise e existem sinais de tentativas autoritárias por parte do governo.

O PT e a esquerda precisam se credenciar para ser alternativa, construindo alianças e principalmente mobilizando a sociedade.

Dia 26 de agosto é apenas o começo. Vamos ao dia 7 de setembro – Dia dos Excluídos – e à Greve Geral dos Metalúrgicos, em 14 de setembro.

Dia 6 de outubro, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) fará a Marcha da Educação a Brasília e, ainda em outubro, os Sem-Terra chegarão a capital federal.

Devemos e podemos construir, ainda este ano, um Dia Nacional de Protesto e precisamos consolidar nossa unidade de ação na Frente e no Fórum, condição para uma ampla mobilização nacional.

O PT participa e apóia ativamente essa agenda de mobilização e estará à frente da criação do Movimento em Defesa do Brasil e do lançamento de sua plataforma, que visa romper com a atual dependência externa ao FMI e mudar o modelo econômico para fazer uma revolução social em nosso país.

Por Terra, Trabalho, Cidadania e Soberania, em defesa do Brasil, todos a Brasília em 26 de agosto.

Basta de FHC. Fora FMI.

José Dirceu
presidente nacional do PT e deputado federal

BRASIL

Caso Ford inicia ciclo de debates do Instituto Cidadania

O Instituto Cidadania promove nesta segunda-feira, 23 de agosto, debate sobre "O caso Ford, política industrial, guerra fiscal e a necessidade de uma política nacional de desenvolvimento para o Brasil". O evento tem a coordenação do presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva.

De acordo com o líder petista, "o objetivo é criar espaço para a exposição e confronto de opiniões distintas que se possam formar sobre um mesmo aspecto, dentro do amplo campo democrático-popular e da pluralidade de instâncias e entidades em oposição ao modelo neoliberal vigente", relata.

O encontro será o ponto de partida de discussões mensais que enfocarão, a partir da polêmica em torno da instalação da montadora na Bahia, temas como política industrial, guerra fiscal e "a necessidade de uma política nacional de desenvolvimento para o Brasil". A iniciativa é dirigida a dirigentes sindicais e partidários, parlamentares, jornalistas, acadêmicos e empresários.

Para este primeiro debate foram convidados o deputado Jaques Wagner (PT-BA) e candidato a prefeito de Camaçari, falando sobre os impactos na sociedade baiana; Miguel Rosseto (PT), vice-governador do Rio Grande do Sul, dando informações e o enfoque firme adotado pelo governo estadual, bem como um relato sobre a postura do governo federal e da própria Ford; e Glauco Arbix, professor da Universidade de São Paulo e especialista em indústria automobilística.

Mais informações podem ser obtidas através do telefone (0XX11) 6915-7022 ou e-mail icidadania@uol.com.br

FARSA

Entidades repudiam absolvição dos acusados do massacre em Carajás

Sob a alegação de insuficiências de provas, no início da madrugada da última quinta-feira, os três oficias que comandaram a fúnebre desobstrução da curva do "S", que causou o assassinato de 19 trabalhadores rurais sem-terra e deixou 69 mutilados em Eldorado doCarajás, em 1996, foram absolvidos.

Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e entidades religiosas, estudantis, sindicais e populares que estão acompanhando o caso, este resultado transforma o "julgamento em uma farsa que envegonha a nação!".

Protesto em Brasília contra a absolvição dos comandantes da PM acusados pelo massacre

Engodo

Alegando ter dúvidas, o jurado Sílvio Mendonça pediu que fosse reexibida a fita do massacre. Em seguida fez várias afirmações, ainda em plenário, como: "está confirmado: os sem-terra possuiam armas", "não dá para perceber de onde partiu os tiros, não teria sido dos sem-terra?!", etc.

Em outras palavras, o jurado passou a idéia de que os sem-terra foram os responsáveis por seu próprio massacre.

Apesar de tudo, em todos os quesitos os reús foram condenados. Em uma sala secreta, o juiz Ronaldo Vale acrescentou mais um item no questionário dos jurados: "havia provas suficientes para condenar os réus?". Neste quesito todos os jurados disseram não, o que levou o juiz a proferir a absolvição dos réus.

No último final de semana, a vice prefeita de Belém, Ana Júlia Carepa (PT), denunciou à imprensa que, antes de começar o julgamento, o jurado Sílvio Queiroz Mendonça teria indagado a outro pré-selecionado para compor o júri, "em tom de brincadeira", segundo ela, "se ele não aceitaria absolver os PMs em troca de R$ 3 mil". O promotor Marco Aurélio Nascimento, responsável pela acusação dos 150 policiais militares envolvidos no caso do massacre de Eldorado do Carajás (sul do Pará), pedirá ao procurador-geral interino de Justiça do Pará, Francisco Barbosa de Oliveira, que investigue o suborno. Nascimento pediu também ao Tribunal de Justiça do Estado a anulação do julgamento que absolveu os comandantes das tropas.

Em nota assinada por seu presidente nacional, José Dirceu, pelo líder na Câmara dos Deputados, José Genoino, e pelo Secretário Agrário Nacional, Plínio de Arruda Sampaio, o PT "conclama a sociedade a se mobilizar e protestar contra tal manobra".

"A participação dos cidadãos contra esta violência será decisiva para podermos reverter este processo e garantir que não ocorra um retrocesso na democracia em nosso País", diz o texto da nota oficial do Partido.

A farsa do Julgamento

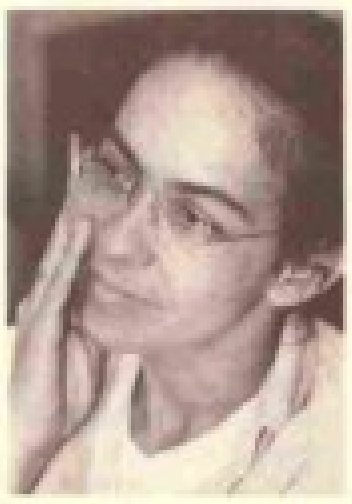


Foto: Arquivo

O julgamento do coronel Mário Pantoja, do major José Maria de Oliveira e do capitão Raimundo Almendra, acusados pela morte de 19 trabalhadores rurais, em Eldorado do Carajás, foi uma vergonha nacional. Agora, a farsa cai por terra com as denúncias de suborno dentro do corpo de jurados. É revoltante saber que a justiça pela morte de 19 pessoas pode ter custado R$ 3.000,00. Dezenove trabalhadores que foram mortos com requintes de crueldade, que foram arrastados de dentro de seus barracos e assassinados com golpes de foice e tiros à queima-roupa. Pessoas que já estavam imobilizadas e não podiam reagir à fúria de um batalhão armado com metralhadoras.

Não é possível que nos conformemos diante desses detalhes, diante dessa barbárie, diante dessa fraude montada para o julgamento. Julgamento que desde o início dava sinais de manipulação. A começar pelas sessões, que aconteceram em uma faculdade, cujo reitor é secretário especial do governador do Estado. O acesso ao local era dificultado para os familiares das vítimas, que receberam 12 credenciais para acompanhar o julgamento, enquanto policiais e funcionários do governo do Pará receberam 200. A parcialidade do juiz ficou clara no momento em que resolveu aplicar um questionário absurdo aos jurados e a encenação do jurado Sílvio Queiroz Mendonça, devidamente armado com uma caneta de luz para alcançar a imagem do sem-terra atirando na polícia, encerrou a brincadeira de faz-de-conta.

A partir de agora, mais do que nunca, vamos envidar nossa capacidade de luta e de trabalho para anular esse julgamento. Não vamos deixar que os responsáveis pela morte daqueles 19 trabalhadores saiam livres pelas ruas, provando que a impunidade nesse país é maior que a dignidade e a justiça. Em 1996 foram 19 sem-terra em Eldorado do Carajás. E amanhã, quem será?

Heloísa Helena
é senadora (PT-AL)

PTnotícias
Jornal da Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Dirceu

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
Ozeas Duarte

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Rosana Ramos
MTB 19131

REDAÇÃO
Rosana Ramos,
Fernanda Estima

ADMINISTRAÇÃO
Ricardo Bimbo e
Sonia M. N. Pedroso

DIAGRAMAÇÃO
Alexandre Machado

ILUSTRAÇÕES
Vicente Mendonça

SEDE
Rua Silveira Martins, 132 São Paulo - SP
CEP 01019-000
Tel: (011) 233 -1313 Fax: (011) 233 - 1349
e-mail: ptnot@pt.org.br
Home page: www.pt.org.br
Tiragem: 12 000 exemplares
Fotolitos e Impressão: Artpress

ENTREVISTA

O Brasil enfrenta as conseqüências da política neoliberal do governo FHC

Durante os dois dias em que permaneceu na Argentina, em 12 e 13 de agosto, a convite do Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de San Martin, o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, foi assediado pela imprensa local.

A viagem do líder petista a Buenos Aires, capital argentina, teve grande repercussão nos meios de comunicação.

Lula concedeu entrevistas a jornais de grande circulação e de amplos espectros como Clarín, La Nacion e Página 12. Participou ainda de programa de televisão, que ressaltou o fato de que Lula, ao conhecer a periferia da cidade, tinha visitado lugares que os próprios políticos argentinos nunca haviam ido.

"Uma das figuras políticas mais importantes da esquerda latino-americana", declarou o Clarín, referindo-se a Lula.

O presidente de honra do PT falou sobre os desafios imediatos do Partido, como a Marcha a Brasília, na próxima quinta-feira, e a coleta de assinaturas para enquadrar Fernando Henrique em crime de responsabilidade; e sobre neoliberalismo e globalização.

Em todas as entrevistas, o Mercosul e a recente crise comercial entre o Brasil e a Argentina estiveram na pauta. Lula defendeu a existência do Mercosul como integração não só comercial, mas cultural e política. E aproveitou para responder ao presidente da Argentina, Carlos Menem, que apoiou Fernando Henrique nas eleições presidenciais, declarando à imprensa brasileira que, caso Lula fosse eleito, o Mercosul poderia terminar. "E era eu quem ia acabar com o Mercosul?", ironizou Lula.

O PT Notícias reproduz a seguir trechos das entrevistas publicadas entre os dias 13 e 15 de agosto, em periódicos argentinos.

Foto: Panzoff

Desafios do PT

(Página 12) ***Qual é o objetivo político imediato do PT?***

Neste momento estamos organizando, o PT e outros partidos de esquerda, uma grande Marcha a Brasília. Queremos que em 26 de agosto pelo menos 100 mil pessoas convirjam à capital federal e também estamos colhendo assinaturas para que Fernando Henrique seja julgado por "crime de responsabilidade". Ao mesmo tempo, queremos que se forme uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar como foram privatizadas as empresas de telecomunicações.

O PT está contra as privatizações, em si mesmas, ou contra o modo como foram realizadas?

Primeiro estivemos contra a privatização. Acreditávamos que as telecomunicações eram estratégicas para a soberania e o desenvolvimento do nosso país. A empresa estatal era eficaz e rentável e não tinha porque ser privatizada. Mas, depois, houve denúncias publicadas pela imprensa de que existiu tentativa de Fernando Henrique em beneficiar uma determinada empresa que participava da licitação.

Durante a campanha de 1998 o presidente Fernando Henrique entrou com um processo contra mim porque fiz uma denúncia, segundo a qual a privatização não havia sido realizada de maneira correta. Mas, há pouco, a Folha de S.Paulo publicou uma grande investigação com doze páginas, mostrando que eu tinha razão. Que efetivamente comprovava a ingerência de Fernando Henrique. Por isso acreditamos que é preciso investigar.

No Brasil chegamos ao absurdo de que uma empresa sem dinheiro possa ganhar a concorrência por um serviço público. Que possa comprar uma empresa com o dinheiro de um banco. Isso é grave e queremos investigar.

Você falou de "crime de responsabilidade". Transpondo para o sistema argentino, é o primeiro passo para o processo de julgamento político?

Sim. Estritamente, para que o tema possa ser tratado pela Câmara dos Deputados, encarregada de denunciar/ acusar o Presidente.

Sobre a crise brasileira

(Clarín) ***Quando você diz que o Brasil necessita de uma urgente saída para a crise, de que saída você está falando?***

Não há nenhuma possibilidade de encontrar uma saída fora do Brasil. Temos que entender que é preciso fortalecer e criar um mercado interno no país. Precisamos também de um governo que priorize as inversões públicas para a pequena e média empresa e pensar em um modelo de desenvolvimento regionalizado, de acordo com o que queremos. Não podemos esperar que o sistema financeiro internacional, que o FMI, que os norte-americanos ponham dinheiro que o Brasil depois tenha que devolver.

Que política adotaria para esses poderosos setores do grande capital se estivesse no poder?

De acordo com os interesses do povo brasileiro. A primeira coisa é nos preocuparmos com a qualidade de vida, por exemplo. Não é possível que um governo preste tanta atenção ao FMI e nenhuma a 33 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. Que preste tanta atenção aos bancos internacionais e nenhuma ao pequeno empresário ou ao agricultor brasileiro. Não é possível que alguém queira governar um país dependendo do dinheiro externo. Temos que governar um país dependendo da sua capacidade produtiva. Isso dá grandeza e soberania.

Frente à globalização, sua proposta é de um modelo de economia de mercado humanitário como coloca a nova Internacional Socialista?

A globalização não é nenhuma novidade, porque o mundo sempre foi globalizado. O grave é que há hoje um predomínio dos interesses do capital em detrimento do trabalho. A globalização está pensada a partir do ponto de vista do lucro e não do ponto de vista do trabalho.

Uma empresa pode mudar de país para país, os trabalhadores não. O que queremos discutir é a globalização pensada para um país em igualdade de oportunidades, em igualdade tecnológica, científica.

Por que?

Porque no fim das contas se globaliza o capital e nacionaliza o problema social.

(La Nacion) ***Que espaço há para a mudança num mundo com o poder globalizado, com um poder americano muito forte, como o Império Romano? Qual é a discussão da esquerda: impugnar o império ou discutir seus valores?***

Ninguém está obrigado a concordar com a ordem tal como está estabelecida. Talvez não tenha força para mudar, mas não está obrigado a concordar com ela.

Para administrar um país é necessário fortalecer a indústria, a agricultura, o turismo nacional. Fazer uma opção: investir os poucos recursos para criar mais recursos ou usá-lo para pagar juros ao sistema internacional.

O Brasil sempre diz que não tem dinheiro, mas quando o sistema financeiro começou a quebrar, em apenas uma semana o governo

investiu 20 milhões de dólares em três bancos.

Este dinheiro poderia ser canalizado para outras coisas. É uma questão de decisão política mais que econômico financeira. As pessoas ganham as eleições e depois não se encontram mais com as pessoas pobres, se encontram com banqueiros.

Mas não é a situação de vulnerabilidade dos países latino-americanos frente ao capital externo demasiada grande para impedir essa mudança?

É uma debilidade mais intelectual e ideológica do que econômica. O que interessa a um capitalista é se a Argentina tem mercado para comprar seus produtos... mão-de-obra qualificada para produzi-los, infra-estrutura para transportá-los. Por que não têm preconceitos contra a China? Por que os americanos, que mantêm um bloqueio a Cuba durante 40 anos, realizam negócios com os chineses? Porque são 13 milhões de habitantes, têm um grande poder de consumo. O que tenho para oferecer a um capitalista para que invistam no Brasil é melhor educação, melhor qualificação profissional, melhor poder aquisitivo.

(Página 12) ***Ainda está irritado com o terrorismo verbal de Carlos Menem e Domingo Cavallo contra a possibilidade de que você ganhasse as eleições do ano passado?***

Foi a primeira vez que assistimos no Brasil a um fenômeno de internacionalização de uma campanha política. Julio Maria Sanguinetti, Carlos Menem, Tony Blair, Bill Clinton, Stanley Fischer... todos faziam recomendações para as eleições presidenciais. Menem chegou a dizer na imprensa brasileira que eu não deveria ganhar as eleições porque isso suporia o fim do Mercosul.

Veja o Mercosul. Veja como o deixaram. E não fui eu. Vejo com muita tristeza a irresponsabilidade de Menem e Fernando Henrique Cardoso. Os dois estão colocando o Mercosul numa situação delicada. E era eu quem ia acabar com o Mercosul?

Por que fala de irresponsabilidade de Cardoso e Menem?

Porque os dois construíram uma economia sustentada em bases falsas. Não é verdade que um peso equivale a um dólar. Não era verdade que um real valia um dólar. No Brasil, cansamos de publicar artigos e dar entrevistas dizendo que era necessário fazer uma modificação na política cambial. Isso sim, propusemos introduzi-la de maneira paulatina. Mas FHC não quis aceitar porque dizia que essas mudanças prejudicariam o Plano Real. E o que aconteceu? O que ele fez com o mercado fez abruptamente.

Mas você defende o Mercosul?

Claro. É muito importante para os nossos países e para toda a América Latina.

Queremos um bloco comum que possa discutir, em igualdade de condições, ou em melhores condições, a hegemonia mundial com os europeus, os asiáticos, os norte-americanos. Para isso temos que fortalecer o mercado interno, melhorar a qualidade de vida das pessoas, distribuir a renda em favor do povo. O problema é que, quando você propõe isso, o sistema financeiro internacional estabelece que seu país se transformou em um país vulnerável.

Então, construamos políticas que diminuam essa vulnerabilidade. E eu creio, neste sentido, que uma política de integração diminui nossa posição tão frágil. Integração não é um país em cima do outro. Não é a indústria brasileira esmagando a indústria argentina, nem a agricultura argentina esmagando a brasileira. Integrar supõe complementar. Essa é a razão porque a integração não pode ser só comercial, nem estar somente baseada na satisfação dos grandes grupos econômicos. Deve ser cultural, política. É preciso criar condições objetivas para que isso aconteça.

Na sua opinião, Fernando Henrique e Menem não fizeram isso?

Não, ao contrário. Meu sonho é uma América Latina integrada política, social, econômica e culturalmente.

Você não tem medo de fortalecer politicamente o Mercosul?

Não. Vejamos: se nós queremos um Mercosul sério, antes de discutir uma moeda única, porque não formamos um Parlamento com eleições diretas de deputados. Por que não constituímos um Parlamento do Mercosul? Por que não discutimos isso?

Por que?

Porque Menem e Fernando Henrique não querem um acordo com essa profundidade. Essa mudança não seria imediatista, mas de longo prazo, sólido. Que supere a economia.

O PT tem relação de simpatia com a Alianza? *(Referindo-se a aliança de oposição formada pela União Cívica Radical e a Frente País Solidário - Frepaso)*

Temos uma boa relação com vários companheiros que participam da Alianza na Argentina e pretendemos fortalecer essa relação porque a Alianza tem um papel importante. Seu país deverá encarar uma eleição em meio a uma crise profunda. O povo tem expectativa de que haja mudanças na Argentina. O PT mantém relações com muitas forças políticas. Eu, pessoalmente, sinto um grande carinho por Graciela. É uma pessoa maravilhosa.

Veja, é muito difícil para um estrangeiro dar recomendações e palpites sobre as eleições em outro país. Não quero repetir o erro de Cavallo e Menem, que ficavam fazendo cálculos sobre as eleições presidenciais brasileiras. A decisão é do povo argentino. Tomara que tenha consciência política na hora de escolher seus representantes. Obviamente que eu quero uma mudança, de tal maneira, que possa modificar os rumos da economia.

TELEBRÁS

Suspeitas de favorecimento são antigas

Em julho do ano passado, o Sistema Telebrás, que incluía três empresas de telefonia fixa (Tele Centro Sul, Tele Norte Leste e Telesp), oito de telefonia celular e a Embratel, foi vendido para vários consórcios. O leilão da Telebrás era aberto a todas as empresas que cumprissem os requisitos no edital de concorrência.

Quatro meses depois da privatização, trechos de fitas gravadas em escuta telefônica demonstraram o interesse do então ministro das comunicações, Mendonça de Barros, e do presidente do BNDES, Lara Resende, em que o Banco Opportunity vencesse o leilão da Tele Norte Leste, que engloba 16 empresas. As denúncias provocaram a saída do ministro e do presidente do BNDES.

Entidades em todo o país se mobilizam coletando apoios

TCU vê abuso de poder em venda de estatal

Em dezembro do ano passado, o Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou um relatório sobre a privatização da Tele Norte Leste, em que acusava Lara Resende e Mendonça de Barros de terem cometido "abuso de poder" e "improbidade administrativa".
No relatório, os técnicos do tribunal afirmam que os três infringiram a lei sobre o enriquecimento ilícito de funcionários públicos ao realizar "negociação direta com empresas, intermediação de contatos e viabilização de consórcios para a participação no leilão".

A Tele Norte Leste acabou sendo comprada pelo Telemar, que após o leilão recebeu um financiamento de R$ 686,8 milhões do BNDES (ou 20% do preço pago pela holding, que foi de R$ 3,434 bilhões).

Maracutaia anunciada

Em junho de 1998, durante a campanha para a presidência da República, mesmo antes da divulgação das primeiras gravações, resultantes do grampos telefônicos, Lula já havia comentado que achava estranha a pressa em privatizar a Telebrás justamente às vésperas das eleições.

Lula apontou suspeitas de maracutaia na venda das teles. A forte campanha publicitária em defesa da privatização da Telebrás foi realizada pela ONG Brasil 2000 – criada por um empresário ligado ao banco Opportunity - sem a obtenção de nenhuma doação. O dinheiro foi recebido depois da privatização da Telebrás. E, como se não bastasse, as maiores financiadoras da campanha de FHC foram as empresas que participaram do consórcio Telemar, segundo divulgação do Tribunal Superior Eleitoral.

As declarações do líder petista, dentre elas, de que o Presidente estava "dando de graça o maior patrimônio público desse país, possivelmente pra fazer caixa dois pra campanha eleitoral", não agradaram Fernando Henrique, que o denunciou por prática de crime de difamação, perante a 8ª Vara Criminal da Justiça Federal de São Paulo.

Mas, em sentença proferida em 27 de julho pela juíza federal Adriana Pileggi de Soveral, a denúncia oferecida pelos Procuradores da República foi rejeitada.

Denúncia em jornal deu origem a pedido de CPI

O PT, em ação conjunta com PDT, PSB, PPS, PCdoB e PL, entregou ao Congresso Nacional um pedido de CPI mista (Comissão Parlamentar de Inquérito) entre Senado e Câmara Federal para investigar a privatização da Telebrás, realizada em julho do ano passado, e à mesa da Câmara, representação contra o presidente Fernando Henrique por crime de responsabilidade, de probidade administrativa, por infringir os princípios de impessoalidade e transparência, previstos na Constituição Federal. A representação foi feita com base em denúncias publicadas pelo jornal Folha de S.Paulo, em 25 de maio último, sobre a participação de autoridades públicas, no sentido de direcionar o processo de privatização da Telebrás, favorecendo determinados concorrentes. Os fatos relatados demonstram que Fernando Henrique interferiu de forma direta nas decisões para, antecipadamente, beneficiar o consórcio do Banco Opportunity.

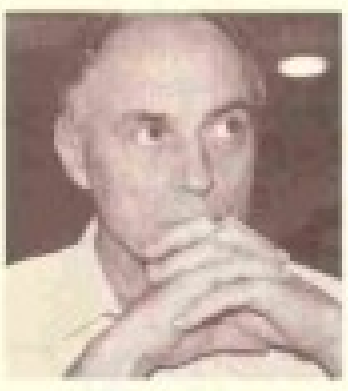
Desta vez os grampos captaram conversas que envolvem pessoalmente o presidente da República. No diálogo divulgado pela Folha de S.Paulo, o ex-presidente do BNDES, Lara Resende, pede ao presidente da República para usar o seu nome, a fim de que a Previ (Fundo de Pensão do Banco do Brasil) associe-se ao Opportunity. "Não tenha dúvida", concordou Fernando Henrique. O governo pretendia que o consórcio vencesse a disputa pela Tele Norte Leste contra o consórcio Telemar.

A Tele Norte Leste foi arrematada pela Telemar. Este fato está sendo utilizado pelo governo como prova de que não houve favorecimento, mas, segundo José Genoino, esta argumentação não tem sustentação pela própria seqüência dos fatos: o consórcio do qual participava o Banco Oportunity ficou impossibilitado de apresentar seu lance no leilão da Tele Norte Leste porque já havia arrematado a Tele Centro Sul e não poderia disputar outra área.

No último dia 2 de junho, ato em Brasília marcou o início de uma mobilização nacional para a coleta de assinaturas de apoio à realização da CPI mista da Telebrás. A iniciativa reuniu partidos de oposição, movimentos sociais, organizações não-governamentais e sindicatos. Desde então, a adesão de brasileiros e brasileiras ao abaixo-assinado e às atividades promovidas em todo o País têm sido expressiva.

CIDADANIA

Prioridade total na luta contra a pobreza



É necessário que levemos em consideração os valores que não sejam exclusivamente a busca do interesse próprio, mas também os da solidariedade humana, da fraternidade, do bem-estar da comunidade, da ética, da justiça, da liberdade e da eficiência.

A disposição do senador Antônio Carlos Magalhães de querer dar total prioridade ao combate à pobreza deve ser vista como saudável. É consistente com o objetivo fundamental da República do Brasil definido no Art. 3º da Constituição. É uma das razões do nascimento e da existência do Partido dos Trabalhadores e demais partidos da oposição.

Desde que cheguei no Congresso Nacional tenho conclamado meus pares a dedicarmos energias para criar os mecanismos que viabilizem o direito de todas as pessoas viverem com dignidade. Portanto, devemos discutir em profundidade a proposição do presidente do Senado e termos a disposição de compararmos as suas idéias com as da oposição e votarmos aquela que consideramos a melhor para a consecução do "objetivo de viabilizar a todos os brasileiros

O governo federal tem demonstrado total descompromisso com a sociedade brasileira.

acesso a níveis dignos de subsistência".

Se estamos de acordo em tomar as medidas necessárias para que num prazo máximo – de dez anos, segundo o senador Antônio Carlos, e de cinco, na minha opinião – se garanta a todos uma renda suficiente para a sua sobrevivência com dignidade, o caminho direto é justamente a garantia de uma renda mínima para todas as pessoas, definida em lei, observados os princípios constitucionais da imparcialidade e da impessoalidade.

A Reforma Tributária que está sendo examinada pelo Congresso Nacional é a oportunidade para se inserir com clareza na Constituição "o direito a um mínimo de renda, suficiente para a subsistência com dignidade, compatível com o grau de desenvolvimento do país". Paralelamente é preciso votar a lei que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima, aprovado pelo Senado em 1991, que beneficia, por meio de um imposto de renda negativo, todas as pessoas adultas residentes no país e que aufiram renda inferior a um patamar, por exemplo, em torno de R$ 300,00 mensais.

A experiência internacional e a literatura especializada têm apontado a racionalidade e maior eficácia desse instrumento que alcançou extraordinário apoio na literatura

A precarização da qualidade de vida vem se evidenciando nos últimos anos

econômica, no mais largo espectro. Os que mais têm se dedicado a esse assunto, como os membros da Rede Européia da Renda Básica, defendem a instituição de uma pequena renda, porém suficiente para a sobrevivência, que deve ser paga a todas as pessoas, não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil, sócio econômica, como um direito à cidadania.

Será perfeitamente possível se constituir um Fundo para se garantir essa renda de cidadania. Mais importante ainda é assegurar a aplicação do princípio da progressividade, de tal maneira que os que tem maiores recursos contribuam proporcionalmente mais. Isso está contido de maneira imperfeita e com vícios de inconstitucionalidade na proposição do senador Antônio Carlos. Ela pode ser feita sem necessariamente criar novos impostos,

Há um modelo de desenvolvimento que acentua a exclusão social e penaliza as classes de menor renda

inclusive com maior simplificação e racionalidade do sistema tributário brasileiro.

Destinar os recursos que tenham a finalidade de combate à pobreza para os grupos comunitários, que fariam convênios com os conselhos propostos pelo senador, que coincidentemente privilegiou pessoas do seu partido, o PFL, na sua composição, constitui uma distorção flagrante. Corre-se o risco de os conselhos repassarem recursos para apadrinhados políticos, com o objetivo de se perpetuarem no poder os que hoje o ocupam.

Eduardo Matarazzo Suplicy é senador (PT-SP)

CONGRESSO

Mobilização e agenda política

Mas a agenda do PT não pode limitar-se à mobilizações. Devemos desenvolver uma tática capaz de combinar a mobilização da sociedade com a iniciativa política no âmbito institucional.

As oposições alimentam a expectativa de realizar um grande ato no próximo dia 26. Dadas as atuais circunstâncias políticas, o ato assumirá três significações: a) a sua motivação originária é a de pressionar o Congresso pela abertura de um processo por crime de responsabilidade contra FHC devido às suas interferências ilegais na privatização das teles; b) servirá de termômetro para medir a força da oposição; e, c) será um teste para averiguar o grau de descontentamento da população em relação ao governo. Do ponto de vista do PT, portanto, será fundamental articular a mobilização para o êxito do ato. A agenda política do segundo semestre será muito condicionada pelas reivindicações e protestos sociais. As mobilizações dos caminhoneiros e dos agricultores foram os dois primeiros passos nessa direção. Se o ato do dia 26 corresponder às expectativas, a mobilização social adquirirá também um sentido político.

Mas a agenda do PT não pode limitar-se à mobilizações. Devemos desenvolver uma tática capaz de combinar a mobilização da sociedade com a iniciativa política no âmbito institucional. Na esfera do Congresso, a reforma tributária deve ser uma das prioridades do PT. A relevância dessa reforma é determinada por alguns dos itens

Em parte, o problema da pobreza deveria ser equacionado na reforma tributária.

que a integram: a crise fiscal do Estado, a justiça tributária (progressividade, distribuição de renda etc.), a questão federativa e a guerra e farra fiscais; a

A miséria e a reforma agrária são problemas que merecem atenção do governo e do Congresso

inadimplência de Estados e municípios etc. Entre outras, a reforma do Judiciário também é uma exigência de prioridade do país no segundo semestre.

Ao lado das reformas constitucionais, o PT deve adquirir uma postura mais ofensiva na questão do enfrentamento da crise social. O fato de ACM ter se inserido nessa questão não deve inibir o partido. Pelo contrário, devemos aproveitar a brecha para apresentar propostas desnudando os limites e a demagogia de ACM e a falta de projeto social do governo. No presente momento, a crise social, além da exclusão crônica, está agravada pelos ingredientes recessivos e pelo desemprego proporcionados pela política econômica do governo.

Em parte, o problema da pobreza deveria ser equacionado na reforma tributária. A proposta do PT, por exemplo, define duas medidas de alto efeito distributivo. A primeira diz respeito à inversão do princípio tributário hoje vigente: no Brasil, quem tem menos paga mais. Propomos o princípio progressivo de que "quem tem mais paga mais". A segunda, propõe a implantação

Devemos apresentar propostas desnudando os limites e a demagogia de ACM

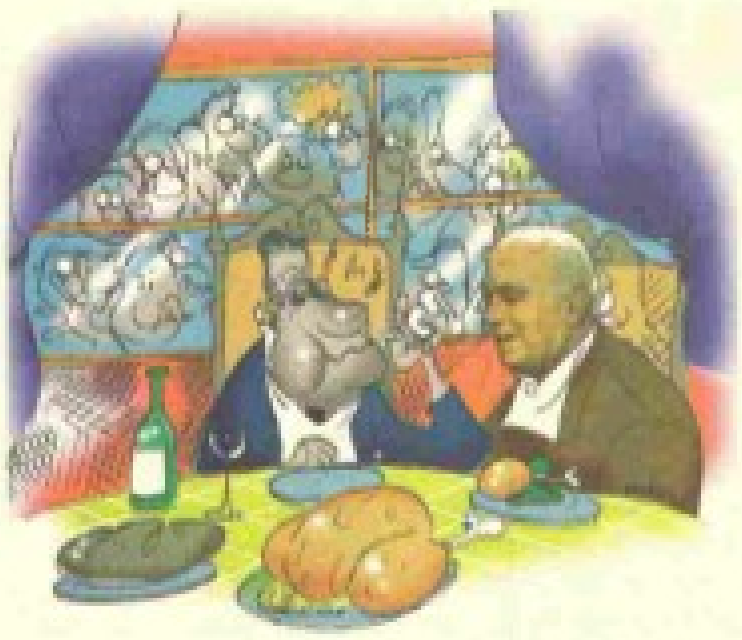
do imposto de renda negativo, que significa uma complementação de renda para as pessoas que ganham um salário inferior a um mínimo definido por lei. Mas o desemprego, a miséria e a reforma agrária são problemas que merecem uma maior atenção tanto do governo quanto do Congresso. Em suma, a oposição precisa abandonar a mera postura reativa à agenda do governo trazendo para o centro do debate a agenda da sociedade, com propostas e mobilizações.

José Genoino é deputado federal PT/SP

SOLIDARIEDADE

Anistia para o povo brasileiro!

Frei Betto



Comemoram-se 20 anos, a 28 de agosto, da anistia concedida, pela ditadura militar, às suas vítimas e algozes. Os cárceres foram abertos em 1979, e os exilados e banidos puderam retornar ao país.

O decreto do general Figueiredo não foi um gesto de benevolência, mas fruto da mobilização de milhares de brasileiros, sobretudo mulheres lideradas por Therezinha Zerbini, em São Paulo; Helena Greco, em Minas; Nildes de Alencar Lima, no Ceará; Heloneida Stuart, no Rio etc. Entre os homens, um nome merece ser destacado, o do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia. Neste país, em matéria de direitos nada se dá. Tudo se conquista.

Fui beneficiado pela anistia. Ela zerou meu prontuário na polícia (mas não no consulado americano, que exige, a cada solicitação de visto, que eu explique em detalhes por que estive preso...). Fez-me recuperar os direitos políticos, cassados por dez anos em 1972.

Ao deixar a cadeia, em 1973, descobri um curioso paradoxo da justiça castrense: o frade havia sido cassado, o cidadão não. Eu podia e não podia votar, algo semelhante ao fenômeno físico do gato de Schrödinger, que fica morto e vivo ao mesmo tempo. Se o cidadão votasse, o frade incorreria em crime. Se o frade não votasse, o cidadão deveria se explicar à Justiça eleitoral. Optei pela única saída: nas eleições, ausentava-me do domicílio eleitoral e justificava-me numa agência dos Correios.

A tradição jurídica brasileira é uma história de aberrações, como a recente absolvição dos oficiais responsáveis pelo massacre de Eldorado dos Carajás. E a lei da anistia não é exceção. Ela assegura a impunidade dos torturadores. O que encerra uma confissão de culpa do regime militar. O corporativismo predominou, espécie de 30 moedas pagas a Judas pelo trabalho sujo.

Hoje, a tortura é crime inafiançável. Um avanço no papel. Na delegacia da esquina, o pau come solto.

A anistia marcou o processo de abertura política do país. Abertura formal, limitada pelos interesses das elites, cuja concepção de democracia ainda exclui os direitos dos sem-terra, dos sem-teto, dos aposentados e dos desempregados. Assim como, na colônia, nação e cidadania excluíam índios e escravos, analfabetos e assalariados.

Outro paradoxo é constatar que o governo presidido por um ex-cassado e exilado, Fernando Henrique Cardoso, promove o "fechamento" econômico. Segundo dados da ONU e do Banco Mundial, o Brasil é campeão mundial de desigualdade social, com 63,4% da renda nacional em mãos de 20% da população. Nossa indústria é sucateada pela abertura irresponsável ao capital estrangeiro; nosso patrimônio público privatizado, encarecendo os serviços prestados, nem sempre de qualidade satisfatória; nossa agricultura carece de política adequada e continua refém do latifúndio. Apenas 1% dos proprietários rurais controla 44% das terras do país. São aqueles 6%, entre 22 mil devedores do Banco do Brasil, que arcam com 80% da dívida e, agora, exigem anistia fiscal.

Há no Brasil 18,5 milhões de aposentados. Ganham em média 1,8 salário mínimo. Do total, 11 milhões sobrevivem com apenas um salário mínimo. De novo, o garrote econômico aperta o pescoço da maioria. Os aposentados pelo Congresso Nacional (ex-deputados e senadores) recebem, em média, 57,8 salários mínimos; pelo poder Executivo federal, 14,4; e pelo Judiciário, 43,7 salários mínimos. Os militares são aquinhoados, na expressão de Lillian Witte Fibe, com "aposentadorias hereditárias". Enquanto isso, o governo reduz o pecúlio dos aposentados da iniciativa privada, condenando-os à mendicância.

Em julho, a presidência da República gastou cerca de R$ 9 milhões por dia com material de consumo (copa, cozinha, alimentação, combustível, homenagens, roupas de cama etc). Em junho, foram previstos R$ 16 mil para a compra de frutos do mar, R$ 5 mil de bacalhau, e R$ 7 mil de queijos e frios. E, no entanto, o Incra propôs ao MST cesta básica de R$ 20 para cada família assentada.

A tortura da fome de 47 milhões de brasileiros é mais dramática que o terror de Estado sob a ditadura. Entre tantos brasileiros, eu esperava que FHC tivesse um mínimo de sensibilidade para o social. Iludi-me. Agrava-se o leque de questões sociais: saúde, educação, emprego, moradia. A reforma agrária só existe em discursos oficiais. Basta conferir a força da bancada ruralista no Congresso. E, ainda por cima, velhas raposas da política brasileira tripudiam sobre a nação ao falar em acabar com a pobreza. Como se a natureza de suas raízes com o sistema de exclusão social permitisse que, súbito, se tornassem defensoras do galinheiro...

A 26 de agosto, milhares de pessoas estarão em Brasília para proclamar um *Basta!* a essa política que anula, na esfera econômica, as conquistas políticas simbolizadas pela anistia de 1979. O povo brasileiro merece ser anistiado de tanta miséria e injustiça!

Quando comandantes de massacres de agricultores são absolvidos, assim como o foram os torturadores pela lei de anistia, é hora de regressarmos às ruas, antes que a falência da democracia nos empurre para um novo ciclo autoritário. Então, será tarde demais.

Abaixo-assinado pelo resgate da cidadania

A coleta de assinaturas para o enquadramento do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por crime de responsabilidade e a instalação da CPI pró-Telebrás é um ato de cidadania.

Recorte o formulário do abaixo-assinado, recolha as assinaturas e envie para:

Diretório Nacional do PT
A/C Secretaria Sindical ou Secretaria de Combate ao Racismo
Rua Silveira Martins, 132
CEP 01019-000
São Paulo/SP

Mais informações também podem ser obtidas no Diretório Regional do seu Estado, ou ainda nos Diretórios Municipais e Zonais do PT.

Representação por crime de responsabilidade do presidente da República

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados

Os cidadãos brasileiros abaixo-assinados denunciam, com base na Constituição Federal e no art. 14 da Lei nº 1.079/50, o Presidente da República Sr. Fernando Henrique Cardoso por crime de responsabilidade caracterizado pela prática de atos atentatórios à probidade administrativa relacionados à condução do processo de privatização da Telebrás e ao favorecimento de instituições financeiras privadas.

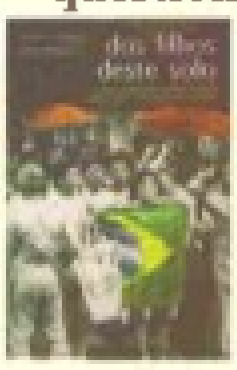
Exigimos e apoiamos a instalação da CPI destinada a investigar o processo de privatização da Telebrás.

Junho de 1999

Nome	RG	Assinatura

NOTAS

"Dos Filhos Deste Solo" questiona o papel do Estado



Nesta segunda-feira, dia 23 de agosto, em São Paulo, será lançado o livro "Dos filhos deste solo – Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado", do deputado federal Nilmário Miranda (PT-MG) e do jornalista e dirigente do grupo Tortura Nunca Mais, Carlos Tibúrcio, editado pela Fundação Perseu Abramo e Boitempo Editorial.

Em 1979, a conquista da Anistia representou um marco na luta contra a ditadura, ainda que não tenha sido ampla, geral e irrestrita como almejava a maior parte da sociedade. A partir de dezembro de 1995, outra frente de luta foi criada no Congresso Nacional com a conquista da Lei 9.140, que estabeleceu condições para a reparação moral das pessoas mortas por motivos políticos, bem como a indenização financeira dos seus familiares.

Ao realizar esse reconhecimento legal, o Estado brasileiro assumiu a responsabilidade geral por seqüestros, prisões, torturas, desaparecimentos e assassinatos cometidos durante a ditadura militar (1964-1985). Assumiu também as violações dos direitos humanos praticadas pela ditadura militar, em conexão com os aparelhos repressivos de outros regimes ditatoriais então existentes na América latina.

O texto de Miranda e Tibúrcio dá conta de mais de dois anos de trabalho da Comissão Especial (vinculada ao Ministério da Justiça) sobre o assunto, que acatou processos relativos a 360 desaparecidos, dos quais apenas 136 tiveram suas mortes oficialmente reconhecidas.

Foram pesquisados todos os processos, revistos os casos relatados no "Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964" e feitas entrevistas complementares com familiares e outras personalidades para compor um quadro sobre o resgate da memória histórica daquele período.

Ato público no Tuca

Neste mesmo dia, 23 de agosto, os militantes da Luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita aos presos e perseguidos políticos do regime militar, participantes do Movimento Feminino pela Anistia, do Comitê Brasileiro pela Anistia e o Grupo Tortura Nunca Mais realizam em São Paulo, ato público "Prisões, torturas, assassinatos. Até quando?". A atividade celebra os 20 anos de Anistia no Brasil.

Fundação Perseu Abramo resgata a luta pela anistia

Há 20 anos era aprovada a lei da Anistia. Para resgatar a memória da campanha da sociedade civil que lutou pela sua promulgação, a Fundação Perseu Abramo lançará, no próximo dia 28 de agosto, em seu site na internet, uma seção que reúne grande variedade de material documental, informativo e ilustrativo sobre os fatos e os personagens que deles participaram.

Será apresentada uma série de questões pendentes sobre a maneira parcial com que o Estado brasileiro vem assumindo suas responsabilidades pela morte e o desaparecimento de centenas de adversários do regime militar, de 1964 até 1985.

Organizada por Zilah Abramo, vice-presidente da Fundação, que militou na Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos, essa seção do site vai divulgar um texto inédito da socióloga e professora da Fundação Getúlio Vargas Vânya Sant'anna com o histórico da mobilização, diversos documentos do Comitê Brasileiro de Anistia.

Há poemas de Dom Hélder Câmara, Dom Pedro Casaldáliga e Chico Buarque de Hollanda; ilustrações e gravuras de Otávio Roth, Henfil e Ziraldo.

As páginas na rede vão trazer também depoimentos escritos especialmente pelas personalidades que tiveram participação no processo, entre as quais Dom Paulo Evaristo Arns, o rabino Henry Sobel, o senador Roberto Freire, o jornalista Mino Carta, o presidente nacional do PT, deputado José Dirceu, Egle Vannuchi (mãe de Alexandre Vannuchi), Theodomiro Ribeiro dos Santos (único preso político condenado à morte no período) e os dramaturgos Gianfrancesco Guarnieri e Consuelo de Castro.

Finalmente, a seção conta ainda com uma ampla cronologia dos fatos, que se estende do golpe de Estado, em 10 de abril de 1964, à promulgação da lei 9.140, em 5 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a responsabilidade da União por mortes e desaparecimentos ocorridos durante a ditatura.

O endereço da Fundação na internet é http://www.fpabramo.org.br

Visite a página do II Congresso
http://www.pt.org.br/congresso

II CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Cupom de assinatura

Assinatura anual: ___ 1 x R$ 50,00 ___ 2 x R$ 25,00

___ Cobrança bancária
___ Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
___ Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores
Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda
São Paulo-SP - C/C nº 123456-0
(envie xerox do comprovante)

Nome _____
Endereço _____
Profissão _____ Tel _____
CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Sexo: ___ Masculino ___ Feminino
Filiado ao PT: ___ Sim ___ Não